

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.126 - SP (2019/0355195-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : TATIANE DE FÁTIMA ALBINO (PRESA)
ADVOGADO : THIAGO BATISTA DOS SANTOS - SP292865
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* impetrado interposto por **Tatiane de Fátima Albino**, em que se aponta como órgão coator o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o Juízo da 1ª Vara Judicial da comarca de Valparaíso/SP, na Ação Penal n. 1500375-97.2019.8.26.0603, condenou a paciente como incurso no art. 33, *caput*, c.c. o art. 40, III, ambos da Lei n. 11.343/2006, à pena de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 680 dias-multa, vedado o recurso em liberdade (fls. 242/249).

Irresignada, a defesa impetrou o HC n. 2168109-79.2019.8.26.0000, objetivando a decretação da nulidade de todas as decisões que indeferiram os pleitos de produção de provas, bem como a nulidade do feito, desde o recebimento da peça acusatória, por cerceamento de defesa e deficiência na defesa técnica. O Tribunal *a quo*, por unanimidade, denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (fl. 273):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - Cerceamento de defesa - Advogado constituído após a condenação em primeira instância que pleiteia a nulidade dos atos a partir do recebimento da denúncia, alegando deficiência na defesa da paciente, bem como cerceamento de defesa, impugnando também o indeferimento do direito às novas razões de apelação - Não ocorrência - Assistência adequada à paciente tendo sido acompanhada em todos os atos processuais, apresentadas todas as peças e por fim ofertadas as razões de apelação - Cerceamento de defesa não configurado, mesmo porque demandaria dilação probatória, inviável na sede estreita do *writ* - Preclusão consumativa quanto ao oferecimento das razões - Ordem denegada.

Daí o presente recurso, no qual a recorrente alega, em síntese, que *foi gravemente prejudicado em seu direito de defesa* porque (fls. 285/286):

Superior Tribunal de Justiça

Primeiramente, com a devida vênia, as alegações finais apresentadas pela defesa e reduzidas a termo (fls. 153), com todo respeito ao entendimento do advogado dativo, foram apresentadas de forma genérica e geral, sequer englobando o depoimento pessoal da Ré Tatiane, ora paciente, apenas requerendo de forma genérica a absolvição por insuficiência de provas. Ocorre Excelência que a acusada foi clara em seu **depoimento que é usuária de drogas crônica, desde os 12 anos de idade**, passando por diversos tratamentos, ora excelências sequer há nos autos exame toxicológico, mesmo com o depoimento da ré, desde a audiência de custódia, afirmando dependência química.

Em segundo lugar Nobres Ministros, a ora paciente Tatiane, constitui advogado nos autos, após a interposição de apelação com apresentação das razões pelo advogado dativo, porém ainda não haviam as contrarrazões do Ministério Público nos autos. O advogado constituído requereu novo prazo para apresentar as razões amoldadas as teses de defesa da Ré, porém foi impedido pelo nobre julgador singular, decisão as fls. 197/199. Claramente impedindo a defesa da Ré, que inclusive enviou uma carta anexada ao processo relatando toda a situação, também foi deferida juntamente com relatório de tratamento no CAPS de Poços de Caldas cidade onde reside a ré.

Por qualquer ótica que se analise o cenário esposado, é imperiosa a necessidade de concessão da ordem de *Habeas Corpus*, para o fim de se anular o feito e se deferirem as provas requeridas, como única forma de fazer cessar o constrangimento ilegal que recai sobre a paciente. Pois não houve no processo sequer exame toxicológico do ora paciente.

Requer, liminarmente, o *sobrestamento da Ação Penal até o julgamento do mérito desse writ* (fl. 286). No mérito, pugna pelo provimento do presente recurso para *se decretar a nulidade de todas as decisões que indeferiram os pleitos de produção de provas do ora recorrente, anulando-se o feito, para nova instrução e produção de provas nos princípios da ampla defesa* (fl. 287).

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Na espécie, contudo, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo do *writ*.

Indefiro, portanto, a liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça de São Paulo e ao Juízo de Direito da 1ª Vara Judicial da comarca de Valparaíso/SP (Autos n. 1500375-97.2019.8.26.0603) sobre os fatos alegados na inicial, no prazo de 20 dias e, com essas, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Após, devolvam-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

